



Título A Encomenda. O Artista. A Obra.

Coordenação Natália Marinho FERREIRA-ALVES

Edição CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
Rua do Campo Alegre, 1055 – 4169-004 Porto
Telef.: 22 609 53 47
Fax: 22 543 23 68
E-mail: cepese@cepese.pt
www.cepese.pt

Capa Luís Melo

Concepção gráfica sersilito

Impressão e acabamentos sersilito

Tiragem 500 exemplares

Depósito legal 318054/10

ISBN 978-989-8434-03-6

Manifestações do barroco português: casas e quintas com capela

Manuel Joaquim Moreira da ROCHA

Introdução

O tema da fundação e edificação de capelas privadas associadas a casas e quintas tem-nos vindo a interessar há alguns anos. Nesse sentido publicamos já alguns estudos. Tendo em conta que as capelas privadas surgiam, maioritariamente, associadas a uma habitação perene ou sazonal, escolheu-se para primeiro ensaio ao tema, a incidência desse fenómeno nos dois concelhos limítrofes da cidade do Porto – Gaia e Gondomar –, destacando-se as freguesias ribeirinhas. A escolha não foi despropositada, pois sabendo-se, de antemão, a importância que o Rio Douro assumiu no que diz respeito à mobilidade e rápida ligação entre o Porto e o seu entorno, e que, como salientara Giusepe Gorani a sua atractividade fomentou a implantação de grandes quintas e casas de recreio nas suas margens:

As margens meridionais, próximo da cidade, tanto quanto a vista alcança, estão semeadas de conventos e casas de recreio de ricos particulares, tanto nacionais como estrangeiros. Os bosquetes e jardins que as cercam, respeitados pelo próprio Inverno, constituem um espectáculo encantador. As laranjeiras e os limoeiros sobrelevam, ali, em beleza a todas as árvores¹.

Quisemos entender esse fenómeno partindo dessa micro-região. Dispúnhamos, então, de um levantamento documental onde estão recenseadas mais de quatrocentas fundações de capelas particulares na área geográfica da Diocese do Porto, para o período de tempo que medeia entre o século XVII e XIX.

Posteriormente, e continuando no linha do Douro, iniciamos no ano de 2005 um trabalho sobre um concelho ribeirinho, mais afastado do Porto, cujo pilar assentava na exploração agrícola: Marco de Canaveses. É o resultado dessa investida, que por imperativos profissionais não fora possível concretizar, que se retoma e apresenta neste colóquio, polarizando, para já, o papel do encomendante ou fundador.

¹ GORANI, 1989: 178.

Sabemos que são muitos os caminhos que devemos seguir para atingir novos resultados, e que serão, obrigatoriamente percorridos, pois a importância deste fenómeno, está de tal forma enraizado no contexto do Barroco em Portugal, que se torna inadiável o seu estudo.

Um dos campos que mais aportes pode trazer é sobre a compreensão da arquitectura civil, nomeadamente, da de raiz nobre ou nobilitado. Até porque, para a fundação de uma capela particular, era exigência diocesana, a posse de recursos e a sua afectação perpétua para manutenção do espaço. Assim, regra geral, estas capelas eram fundadas pelas famílias de maior prestígio social e económico, no contexto local e regional. Através deste tema, é possível uma aproximação mais transversal da arquitectura civil em Portugal, estabelecendo tipologias, não só para a casa nobre, mas também para a de grandes proprietários e comerciantes, por certo, o escol que mais recursos dispunha para investir na área habitacional. Conhecer quem eram os homens que encomendavam esses equipamentos, associados a um modo de vida mais ou menos elitista; decifrar as motivações construtivas e analisar os objectos inseridos no seu complexo contextual – quinta – são caminhos que se afiguram, sendo certo que, como já foi notado, estamos perante um universo de arte anónima, mas nem por isso à margem das grandes correntes estéticas que marcam a evolução artística da Época Moderna em Portugal.

Por outro lado, dentro do tema da Casa Nobre em Portugal, estudo iniciado nos anos sessenta por Carlos de Azevedo, e retomado nos anos noventa por Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, com novos enfoques, é consensual que um dos elementos que caracterizam essa tipologia arquitectónica, é a existência de uma capela particular, a par de outros, como a pedra de armas e da fachada de aparato. A permanência da torre medieval – adaptada a novas funções dentro do contexto funcional da casa nobre, ou construída como símbolo do prestígio aristocrático – é outro dos elementos destas arquitecturas das elites².

Como já apontou Carlos de Azevedo, a Casa Nobre Portuguesa, atinge a sua melhor caracterização em pleno reinado joanino, e concretamente no Norte de Portugal³, como uma manifestação superior do carácter do Barroco português.

Como nos aparece este fenómeno num concelho rural? Qual o seu significado? Porque se constata que o principal período de fundação de capelas coincide com o reinado de D. João V? Quem eram esses promotores? Vamos pois apresentar, algumas considerações, fundamentados numa reflexão que tem como base dados documentais – os processos de fundação das capelas particulares.

1. Quintas, casas nobres, palácios – os agentes da encomenda

Como salienta Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, o tema da Casa Nobre em Portugal impõe-se para o historiador da arte como um vasto campo ainda por pesquisar, dado

² FERREIRA-ALVES, 2007.

³ AZEVEDO, 1969: 68.

o pouco conhecimento que ainda se dispõe desse assunto. Disseminadas por todo o território nacional, as casas nobres multiplicam-se na Época Moderna, e apresentam-se tanto em contexto urbano como rural. São sempre residências, perenes ou sazonais, das elites⁴.

Em primeiro lugar há que distinguir casa nobre de palácio, que segundo o especialista, se baseia em dois critérios: ou na sua dimensão ou no papel social dos seus proprietários. Outros autores referindo-se ao mesmo fenómeno artístico, falam de Palácios e Casas Senhoriais⁵.

Quisemos entender o significado destes conceitos na cultura portuguesa do século XVIII⁶. Para tanto efectuou-se uma pesquisa no *Vocabulário Portuguez e Latino*, de Raphael Bluteau, publicado em Coimbra entre 1712 e 1728. E por Palácio entendia-se a casa dos Reis dos príncipes, e “permissivamente dos sumptuosos e magníficos domicílios dos Senhores Grandes”. Assiste-se a uma classificação baseada no estrato social do ocupante dessa habitação, que primeiramente aplicada á residência régia, é depois utilizada para designar a residências da nobreza que se impunham pela monumentalidade: *sumptuosos* e *magníficos* são os termos aplicados por Bluteau para classificar a casas da nobreza que merecem esse título⁷.

Esta mesma conceptualização era entendida para a denominação de Paços, onde o autor começa por aplicar essa denominação às habitações Reais, e de seguida ao “Solar de Fidalgo Grande”, esclarecendo que “em algumas casas e quintas se acha o nome Paço, e se também he antigo, he demonstração grande da nobreza daquela casa e família”, pois tal designação apenas era permitida a “solares de fidalgos grandes”.

Mais uma vez a adopção da classificação da residência régia para designar casas da primeira nobreza. A apropriação de termos aplicados à residência régia pela nobreza, contribui para o nivelamento social das elites. Assim, Palácio ou Paço, não é distintivo exclusivo da residência do rei e dos príncipes, como também o é da residência da nobreza. Numa sociedade fortemente hierarquizada, como era a do Antigo Regime, parece que esta apropriação terminológica é esclarecedora do protagonismo desempenhado pelo estrato social mais elevado da pirâmide social – a realeza – e depois o uso da mesma denominação permitida às casas da primeira aristocracia de Portugal, concorre para o conceito de paridade.

Ainda dentro desta problemática de denominação e á volta dos mesmos termos, justifica-se a leitura de Bluteau, que, de resto, elucida esta análise:

⁴ FERREIRA-ALVES, 2001: 11.

⁵ STOOP, 1993.

⁶ A conceptualização dos termos Solar, Casa Nobre, Palácio, Quinta, vêm sendo usadas indiscriminadamente na Bibliografia Portuguesa dos últimos cinquenta anos. Para o seu esclarecimento recomendamos o trabalho realizado no âmbito do Seminário de Projecto II, da Licenciatura em História da Arte, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, realizado por Ângela Andreia Mesquita Costa.

⁷ BLUTEAU, R. – *Vocabulário Portuguez e Latino*. Disponível na internet em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. Ver os termos paço, paços, palácio e quinta.

Porque como nas Casas Reaes havia este nome, aqueles, que pelo sangue, pelo valimento, pelo poder, ou pelas riquezas mais se lhe chegavão, e vivião espíritos grandes, e levantados, querião, que no seu povo a sua quinta, ou a sua casa fosse no tanto hum remedo da do Principe.

E o uso da terminologia alarga-se, não só á nobreza, como aos detentores de cabedais económicos, sendo possível na micro-esfera territorial onde se implantava a casa nobre o uso desses termos que são, evidentiíssimamente, esclarecedores do protagonismo social que os proprietários granjeavam ao nível regional e local.

Por seu turno Quinta, é denominação aplicada a *casa de Campo, ou fazenda de lavoura no campo com sua casaria*, o que pressupõe uma residência situada no espaço rural, onde o domínio fundiário era uma realidade. Estas terras detidas pelos grandes proprietários, podiam ser arrendadas a foreiros, que as amanhavam a troco de pagamentos ao detentor das terras para quitação do vínculo contratual. Estabelece-se assim, uma relação de dependência e subalternidade entre foreiros, ou povo do lugar, e os proprietários

Podemos, porém, alargar o conceito de quinta se tivermos em conta uma prática vivencial que se impõe nos Tempos Modernos: Quintas de Recreio. Estas dão pronta resposta à vivência do ócio que se desenvolve a partir do século XVI, e situam-se, normalmente, próximas dos grandes centros urbanos. Tanto umas como outras, são compostas por grandes manchas verdes, onde se destacam nas primeiras, os campos de exploração agrícola, e nas segundas a mata e os jardins.

A casa nobre é uma presença constante na paisagem rural portuguesa, principalmente na região Norte de Portugal. Como entender este fenómeno?

Em primeiro lugar, temos que distinguir duas realidades distintas da nobreza em Portugal: a nobreza de corte e a fidalguia da província, que funcionam em nichos isolados. Esta situação veio a provocar o esmorecimento da velha nobreza, e o destaque de uma nova nobreza no século XVII. Como salientou Nuno Monteiro “Casas por vezes muito antigas, em tempos aliadas com as que vieram a ser elevadas à Grandeza no século XVII, mas que, pelo facto de se não haverem integrado na corte, tinham mergulhado na relativa obscuridade da vida provincial. O divórcio social entre umas e outras fora-se cavando cada vez mais ao longo dos séculos XVII e XVIII. O declínio das velhas residências provinciais é já deplorado por Vilas Boas Sampaio no terceiro quartel de Seiscentos: *Os principais solares do Reino de Portugal acham-se pelos campos, e Montes de entre Douro e Minho, e em alguns lugares da Beira e Trás-os Montes*⁸.

O século XVIII acentuou esse fosso. A fidalguia de província viu o seu papel confinado ao desempenho dos cargos públicos, nomeadamente na ocupação dos cargos municipais. Uma forma de salientar o seu prestígio, não na esfera da corte, cujas alianças se desvaneceram, mas ao nível local, onde são os principais agentes da vida pública e social⁹.

Dentro da nobreza devemos considerar o papel desempenhado pelos filhos primogénitos masculinos e femininos, bem como os secundogénitos.

Para os primeiros assiste-se ao casamento dentro do mesmo patamar social reforçando as alianças entre famílias.

⁸ MONTEIRO, 2003: 189.

⁹ MONTEIRO, 2003: 190.

*Quanto aos filhos secundogénitos dos Grandes, a análise separada dos seus destinos, confirma que, até 1760, menos de um quarto se pode casar. Dos nascidos até 1720, mais de metade seguiu as carreiras eclesiásticas que, de alguma forma, lhes estavam destinadas. Quase todos os solteiros não eclesiásticos foram militares, dada a raridade das carreiras na magistratura*¹⁰.

É desta nobreza provinciana que nos falam os inúmeros exemplares de casa nobre disseminados no Norte de Portugal. Detentores da propriedade fundiária – fortemente parcelada no Entre-Douro e Minho – portadores de alguns cabedais intelectuais próprios do seu estatuto, são, ao nível local, os grandes agentes do poder. A sua residência é a imagem do seu protagonismo local: pequenas bolsas que espelham ao nível local a actuação da Corte e da nobreza cortesã. E a arquitectura civil é tradutora desse código de actuação. A este escol de promotores da casa nobre em contexto rural, devemos acrescentar os burgueses e grandes comerciantes enriquecidos, os militares em missões no Império Português, e os homens do clero.

2. Estudo de caso

Como cruzar esta estrutura social com construção de capelas particulares associadas a quintas e a casas nobres? Analise-se o fenómeno no Concelho de Marco de Canaveses.

Concelho do Marco de Canaveses, situado na confluência dos rios Douro e Tâmega, mantém ainda hoje um forte pendor rural. Extensas manchas de vinhedos, adaptadas à irregularidade dos terrenos, estão na base de um fraccionamento em socalcos onde se praticava, e pratica ainda a agricultura.

A fertilidade do solo, como elucidou Pinho Leal, produz “todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado, de toda a qualidade, e os seus montes são abundantes de madeira, lenhas e caça”¹¹ propiciando a formação de quintas cuja nota dominante é a distância de uma casa agrícola a outra. Falámos de construções habitacionais, pequenas unidades arquitectónicas, dispersas pela paisagem modelada pelo homem para amanhã da terra. Casas que ficavam no passado muito distantes dos centros de culto, justificando, em cumprimento das disposições tridentinas e fielmente ratificadas pelas Constituições Sinodais¹², a criação de pequenas unidades culturais, nomeadamente capelas privadas anexas a casa habitacional, e que tinham, obrigatoriamente, que manter uma função religiosa de natureza pública.

No universo em estudo, foram alvo de análise detalhada cinquenta e nove processos de Fundação de Capela particular, existentes no Arquivo Histórico do Paço Episcopal do Porto, abrangendo o tempo cronológico do século XVII ao século XIX, inclusive.

¹⁰ MONTEIRO, 2003: 170.

¹¹ LEAL, 1880: 407.

¹² *Ainda que he cousa muito pia & louvável edificarem-se Ermidas em honra, & louvor de Deos nosso Senhor, da Virgem nossa Senhora, & dos Santos, porque com isso se incita, & affervora a devoção dos fieis, & segue a utilidade de aver nas Parochias grandes lugares decentes, em que comodamente se possa celebrar.* Ver CONSTITUIÇÕES Synodais do Bispado do Porto, 1690: 370-371.

Quadro n.º 1 – Fundação de capelas particulares no concelho de Marco de Canaveses

Ano de fundação da capela	Freguesia onde se localiza	Proprietário	Orago
1639	Tabuado	Salvador de Bastos	Nossa Senhora do Desterro
1674	Soalhães	Manuel Vieira de Magalhães	?
1675	Constance	António Ribeiro	S. João Baptista
1684	Fornos	António Sanhudo de Araújo, Abade	?
1689	Tabuado	Padre António Sanhudo de Araújo, Abade de Tabuado	Santo António
1691	Soalhães	Juiz e Oficiais da Igreja de Soalhães	S. Bento
1697	Soalhães	Miguel Valente	Santo António
1700	Magrelos	José Pereira de Azevedo	Santa Ana
1701	?	Filipa Ferraz	Santo António
1702	S. Lourenço do Douro	António Vieira de Melo	Santo António
1706	Ariz	Jerónimo de Melo Carneiro e fregueses	S. Jerónimo
1706	Tabuado	Gonçalo de Magalhães, licenciado	Nossa Senhora do Pilar
1708	Manhuncelos	Francisco Pinto de Magalhães	Santa Ana
1708	Soalhães	Domingos Vieira da Mota, doutor	Nossa Senhora do Rosário
1709	Rio de Galinhas	Manuel de Carvalho Freire	Nossa Senhora da Conceição
1709	Alpendorada e Matos	Francisco Soares	S. Francisco
1709	Penhalonga	Maria das Neves	Santo António
1709	Tuias	Manuel de Sousa, Capitão	Nossa Senhora do Pilar
1710	Favões	Francisco Leal Geraldês	Nossa Senhora do Pilar
1712	Rio de Galinhas	Gaspar Carneiro de Magalhães	Santa Ana
1712	Sande	António da Fonseca	Santo António
1712	Vila Boa de Quires	Francisco Moreira Camelo	Nossa Senhora da Conceição
1717	Vila Boa de Quires	Padre Manuel Ferreira Rangel	Salvador
1717	Vila Boa do Bispo	Manuel Pinto Monteiro de Almeida	Nossa Senhora da Conceição
1718	Magrelos	António Pereira da Silva	?
1722	Várzea de Ovelha e Aliviada	Luís da Cunha Coutinho	S. Luís Rei de França
1723	Paços de Gaiolo	Manuel do Couto	Senhor Preso à Coluna
1723	Vila Boa do Bispo	Luís de Melo	S. João
1725	Favões	Domingos Vieira e moradores	S. Domingos e Nossa Senhora
1726	Paços de Gaiolo	Angélica de Vasconcelos	Nossa Senhora das Saudades
1726	Vila Boa do Bispo	Manuel Vieira Barbosa	Nossa Senhora as Conceição
1728	Soalhães	Fregueses do lugar do Pereiro	S. José

Ano de fundação da capela	Freguesia onde se localiza	Proprietário	Orago
1733	Favões	Veríssimo Pereira, Padre	Nossa Senhora da Ajuda
1733	Soalhães	Gaspar de Oliveira, Padre	Nossa Senhora do Rosário
1734	Penhalonga	Manuel de Sousa, Padre	S. Pedro
1737	Vila Boa do Bispo	Manuel de Azevedo Lobo, capitão	Madre de Deus e Santa Ana
1737	Soalhães	João Pereira de Azevedo	S. João Baptista
1738	Soalhães	António Monteiro de Abreu, capitão	Santo António
1746	Alpendorada e Matos	António Lopes de Oliveira	Santo António
1750	Alpendorada e Matos	João do Couto Soares	S. João Evangelista
1752	Soalhães	João Guedes de Vasconcelos, Padre	Nossa Senhora da Conceição
1754	Várzea do Douro	João Correa Borges	Santa Ana
1757	Várzea do Douro	Cipriano Peixoto de Aguiar; Manuel Vieira Pinto; Sebastião José Peixoto – Padres	Nossa Senhora da Lapa
1758	Penhalonga	Cristóvão Barbosa	Santa Ana
1758	Folhada	José Francisco Bravo, Padre	Nossa Senhora da Lapa
1759	Soalhães	Domingos Soares da Mota, Padre	S. Domingos
1763	Tuias	António Monteiro de Carvalho	Santa Ana
1764	S. Lourenço do Douro	Domingos Vieira de Melo	Santo António
1769	Sande	Manuel de Melo Macedo	Santo André, S. Jerónimo, S. Bernardo
1766	Paredes de Viadores	Luís Vieira de Magalhães, Padre	Nossa Senhora da Lapa
1777	Soalhães	António Monteiro	S. Miguel (reedificação)
1780	Vila Boa do Bispo	Bernardo José de Azevedo e Melo, doutor	S. Bento
1798	Folhada	Andresa Teixeira	S. José
1823	Soalhães	Bento José Soares da Mota, Padre	Senhor dos Aflitos
1835	Sande	António Vieira de Pedrosa de Aguiar	Senhora da Guia
1852	Sande	José Mendes de Vasconcelos	S. José
1853	Vila Boa do Bispo	António Justino de Vasconcelos Corte Real	Santa Bárbara
1857	Soalhães	Joaquim de Vasconcelos Carneiro de Magalhães	Nossa Senhora da Piedade
1878	Freixo	Agostinho de Serpa Pinto	Santo Agostinho

Deste conjunto das intenções de fundação de capela por vontade individual ou familiar, apenas quatro processos salientam explicitamente um interesse fundacional colectivo. Ou dos fregueses de determinado lugar, ou de Confraria, ou então de um Pároco que aponta a necessidade de fundação de capela para administração dos sacramentos à população de determinado local, por ficar distante a igreja paroquial.

2.1. Quintas com capela nas Memórias paroquiais de 1758

Analisando o resultado do inquérito de 1758 – as *Memórias Paroquiais* – apuram-se os seguintes dados, sobre a existência de capelas particulares: capelas construídas no espaço público, capelas construídas em Quintas, e capelas anexas às casas de habitação.

Começamos pelas capelas anexas a casas particulares.

Na freguesia de Magrelos havia duas capelas as quais “estão contíguas às cazas de seus particulares. Huma hé na Caza da Ceara, família nobre, com a invocação de Santa Anna. A outra hé do Padre Manoel Pinheiro da Silva, do lugar de Competentes, com o titulo de Santo António de Lisboa”¹³.

Em Manhucelos existia apenas uma capela “de huma caza particular a qual está a ella pegada”¹⁴. Em Rio de Galinhas, esclarece-se que existiam duas capelas nesta situação: a de Nossa Senhora da Conceição, “junto às Cazas do Licenciado Antonio Xavier de Carvalho a quem pertense”; a outra, dedicada a Santa Maria era “mística com as cazas de Bento Soares da Motta”¹⁵.

Na freguesia de Tabuado, ficava a capela de Nossa Senhora do Pilar, pertença dos herdeiros do Licenciado Gonçalo de Magalhães e localizava-se ao “pé das cazas”; situação idêntica tinham a capela de Santiago, que era dos herdeiros de António Gonçalo de Sousa Correia Montenegro, e a capela de Santa Ana, que “também hé particular da Caza que nesta aldeã tem os mesmos herdeiros do dito fidalgo”¹⁶.

Em Vila Boa do Bispo, localizava-se “dentro do Quintã” uma capela que era administrada por José Pereira de Albuquerque e “junto das casas da Quinta de Alvelo”, outra capela administrada pelo Reverendo Domingos de Melo¹⁷:

Várias foram as capelas recenseadas que não fazem menção específica da sua localização, esclarecendo-se apenas que se situavam dentro da área da quinta. Estão neste caso a capela de S. Miguel Arcanjo, em Folhada, “situada na Quinta da Villa Nova” que era propriedade do Capitão-mor “deste concelho”, bem como, na mesma freguesia, a de Nossa Senhora da Piedade, “situada ao cimo da Quinta do Valle”, sendo administrada pelo Padre Carlos Monteiro de Miranda¹⁸.

Na freguesia de Alpendurada e Matos existia uma capela particular, que era “administrada pello cappitão Jerónimo de Mello Carneiro”¹⁹.

¹³ CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 382.

¹⁴ CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 385.

¹⁵ CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 398.

¹⁶ CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 412.

¹⁷ CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 423.

¹⁸ CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 373.

¹⁹ CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 373.

Em Paços de Gaiolo situava-se a Quinta de Gondinhão que tinha a capela de Nossa Senhora da Piedade; na Quinta de Lijó era detentora da capela de S. João de Deus, que pertencia aos herdeiros de Leonardo Jordão Baptista, “da cidade de Lisboa”; e ainda na Quinta de Buris a capela de Nossa Senhora das Lágrimas, pertença de Inácio Peixoto Geraldês²⁰.

Em Penha Longa, na Quinta de Lejo, ficava a capela de S. João de Deus, que pertencia a Leonardo Jordão, da cidade de Lisboa; na quinta da Cardia, que era propriedade do “Meretissimo Dezembargador Juiz de Croa Joze de Carvalho Martens”, ficava a capela de S. João Baptista; na Quinta de Avelosa, que era de Felix de Queirós Sarmiento, situava-se a capela de santo António; na Quinta de Campos, a de Nossa Senhora dos Remédios, que era do alferes Cristóvão Pinto de Azevedo, proprietário da mesma quinta²¹.

Em Soalhães são inumeradas várias capelas particulares, todavia a fonte documental não permite desvendar as que se inserem em Quintas, esclarecendo apenas que “as mais” se situavam em “fazendas e cazas de pessoas particulares da freguesia”²².

Na Quinta do Couco, no Torrão, ficava a capela do Senhor do Vale²³.

A enumeração do Pároco de Tuias é interessante pois não faz a distinção entre ermida e capela. Justifica-se a leitura documental: “tem quatro ermidas, convém a saber, a de Nossa Senhora do Pillar, na Quinta do Outeiro, que hé de Jozé Manoel de Souza e Aguiar. A de Nossa Senhora dos Remédios, que hé sita na Quinta de Thuias de Baixo e hé de Bernardo Pessoa de Sá. A de São João Baptista na Quinta de Thuias de Cima, que hé da Caza dos Montenegro”²⁴.

A Quinta da “Vela Cruz do Bairro”, na Várzea do Douro, que pertencia a Francisco António Camelo, “Fidalgo da Caza de Sua Magestade”, era detentora da capela de Nossa Senhora de Guadalupe. A mesma freguesia possuía ainda capela da invocação de S. Bernardo, a Quinta de Bitetos, propriedade de Pedro da Fonseca, da cidade de Braga²⁵.

Em Vila Boa do Bispo possuíam capela as Quintas de Brenes, de Pinheiro, de Lidrais, de Casalhõesinhos e Luidenho, com as invocações de Madre de Deus, Nossa Senhora da Encarnação, Nossa Senhora das Amoras e Senhor de Matosinhos, respectivamente. Faz apenas referência ao estatuto sócio-profissional de dois dos proprietários: reverendo e licenciado.

A fonte que vimos seguindo enumera ainda muitas mais capelas particulares sem esclarecer a sua situação frente aos vectores em análise: capelas anexas a casas particulares ou inseridas o perímetro de quintas. Todavia, numa análise de conjunto, e atendendo ao direito de propriedade, confirma-se o nível hierárquico elevado dos seus padroeiros/proprietários, elencado nesta amostragem. Por exemplo, no meio do

²⁰ CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 392.

²¹ CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 396.

²² CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 406.

²³ CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 412.

²⁴ CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 415.

²⁵ CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 419.

lugar de Quintão, da freguesia de Matos, existia a capela de S. João Evangelista, “que mandou fazer o capitão de Infantaria João do Couto Soares”²⁶. Era, provavelmente, uma capela pública.

3. Justificativos da proliferação das capelas particulares

Que motivos apresentam estes fundadores para fundamentação da sua petição? Vejamos alguns exemplos.

No ano de 1722, Luís da Cunha Coutinho, homem viúvo e natural de Amarante, diz que deseja fazer uma capela “na sua quinta de S. Martinho de Alviada”, pois aí costuma residir “muita parte do ano”, e a construção seria muito benéfica “para nella poderem ouvir missa suas filhas donzellas e quatro irmans já velhas as quais não podem hir a Parochia”. Não se esquece de acrescentar a grande utilidade para o povo da freguesia “em razão de não haver capella alguma, nem dizer na Parochia mais missa que a conventual”.

Depois de concretizada a pretensão, e com a capela já benzida, pede licença á Cúria Diocesana, datada de 17 de Outubro de 1729, colocar-lhe “as armas do seu Brazão”. Pedido deferido no dia imediato.

Um outro exemplo, datado de 1701, refere-se á quitação de uma vontade testamentária. Assim, D. Filipa Ferraz, irmã do padre Simão Ferraz, pede licença para fazer vontade do seu irmão defunto, construindo uma capela “agregada a fazenda della suplicante”.

Porém o comerciante, António Lopes de Oliveira e sua mulher Maria Rosa Angélica, residentes na cidade do Porto, “em cima do muro da freguesia de S. Nicolao”, querem construir a capela na sua Quinta do Passo, no ano de 1746, porque aí “vão assistir muita parte do anno e sentem discomodo grande em hir ouvir missa”.

É curioso o pedido encabeçado pelo Capitão Jerónimo de Melo Carneiro Ferraz que coloca as necessidades dos fregueses de Aris como justificativo da sua vontade. Porém, no auto de vista, datado de 1742, esclarece-se que a capela estava “muito bem feita pegada a hum lado de huma sala porem livre das mais cazas”, estando a porta voltada “para hum pateo ou recio grande”.

Por seu turno, em 1700, o licenciado José Pereira de Azevedo, proprietário e morador na Quinta da Seara, pede autorização para fazer a capela “junto a porta fronha da sua quinta” em sítio que era vista pelos passageiros do Rio Douro.

Se a ostensão das armas de família no espaço de culto, é por si só um gesto de afirmação nobiliárquico, as vontades individuais alicerçadas muitas vezes no conforto, espelham também uma vivência social das elites.

Mas observemos outra tipologia das pretensões fundacionais.

O Processo referente à reconstrução da capela de S. José, anexa a uma casa urbana situada na Rua das Taipas, no Porto, datado de 1704 é esclarecedor:

²⁶ CAPELA, MATOS, BORRALHEIRO, 2009: 390.

O Padre Luís Oliveira, depois de comprar as casas em que vivia, procedeu a profundas obras de reconstrução, onde gastou “mais de settecentos mil reis”. A capela, anexa à casa, recebeu-a por doação que lhe fizera D. Mariana da Cunha e seus filhos, por mesma se encontrar ligada às casas. Nas obras que promoveu na casa, construiu um acesso directo do proprietário à tribuna da capela. No requerimento à Cúria Diocesana para dotação e bênção da capela é peremptório ao afirmar que a capela constitui uma mais valia para casa, entenda-se valorização patrimonial, ou no escrito por seu punho: “resulta augmento e valor das dittas cazas”.

O mesmo esclarece Dionísio Verney quando pretende em 1741 construir uma capela na sua Quinta junto ao Poço das Patas, no Porto (S. Lázaro), dizendo que com a capela ficava a propriedade “com melhor reputação”

Mais evidente é ainda a petição encabeçada pelo Caetano de Sousa, Sargento-mor e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, quando está a construir em 1741, umas casas de elevado valor patrimonial na freguesia de Santo Ildefonso, no Porto. E para valorização do património imobiliário quer construir uma capela anexa à casa. Naturalmente, que as primeiras razões apontadas são de natureza caritativa – promoção do culto divino aos passageiros.

Por seu turno, António de Oliveira e Silva, homem de negócio residente na Rua Nova do Porto, pede autorização, em 1734, para construir capela na quinta que possuía em Santo Ildefonso, onde passava vários meses com a sua família em veraneio – “aonde o mais do tempo assiste principalmente no Verão” – e era “discomodo” para a sua família dirigir-se à igreja paroquial para as práticas litúrgicas.

Está neste caso uma evidente valorização patrimonial da casa ao ter anexada uma capela.

4. Os oragos das capelas particulares do Marco de Canaveses

É sabido que depois da figura de Jesus Cristo, a Virgem Maria e os Apóstolos, ocupam o topo da hierarquia devocional, constituindo-se nos textos produzidos pelos teólogos do cristianismo nascente como “os primeiros modelos emblemáticos de santidade”²⁷, embora os primitivos cristãos, pelas constantes perseguições de que eram alvo prestassem particular culto à epopeia dos mártires²⁸.

No estudo em análise, o maior número de oragos está associado ao culto dos santos, seguido do culto mariano. Só por último surgem as capelas dedicadas a Cristo.

²⁷ MARTINS, Fausto Sanches – Os Santos Protectores à Luz da Hagiologia, Revista Museu, IV série, n. 9, Círculo Dr. José de Figueiredo, Porto, 2000, p. 174

²⁸ Idem – ibidem, p. 175

Quadro n.º 2 – O culto mariano

Invocação	Número de capelas fundadas no séc. XVII	Número de capelas fundadas na 1ª metade do séc. XVIII	Número de capelas fundadas na 2ª metade do séc. XVIII	Número de capelas fundadas no séc. XIX	Totais
Nossa Senhora do Desterro	1				1
Nossa Senhora do Pilar		3			3
Nossa Senhora do Rosário		2			2
Nossa Senhora da Conceição		4			4
Nossa Senhora das Saudades		1			1
Nossa Senhora da Ajuda		1			1
Mãe de Deus e Santa Ana		1			1
Nossa Senhora da Consolação			1		1
Nossa Senhora da Lapa			3		3
Nossa Senhora da Guia				1	1
Nossa Senhora da Piedade				1	1
TOTAIS	1	12	4	2	19

Quadro n.º 3 – Culto de Santos

Invocação	Número de capelas fundadas no séc. XVII	Número de capelas fundadas na 1ª metade do séc. XVIII	Número de capelas fundadas na 2ª metade do séc. XVIII	Número de capelas fundadas no séc. XIX	Totais
Santo António	2	6	1		9
S. João Baptista	1	2			3
S. Bento	1		1		2
Santa Ana		3	3		6
S. Jerónimo		1			1
S. Francisco		1			1
S. Luís		1			1
S. Domingos		1	1		2
S. José		1	1	1	3
S. Pedro		1			1
S. Miguel		1	1		2
S. João Evangelista		1			1
S. André, S. Jerónimo e S. Bernardo			1		1
Santa Bárbara				1	1
Santo Agostinho				1	1
TOTAIS	4	19	9	3	36

Nesta análise toma relevo o culto mariano, nas suas plurais prerrogativas, seguindo, de resto, uma prática enraizada na vivência católica portuguesa, bem como o culto dos diversos santos. É importante referir, a coincidência entre o nome do proprietário e o santo cultuado presente 1/3 do universo em análise.

O culto cristocêntrico era pouco expressivo: apenas três capelas.

Conclusão

A freguesia de Soalhães, que foi sede de concelho e de comarca²⁹, impõe-se no espaço geográfico de Marco de Canaveses pelo maior número de processos de pedidos ao bispo para fundação de capelas privadas. Sendo a maior freguesia do concelho em termos de área, não podemos ser alheios para justificativo desta incidência de capelas particulares o papel administrativo que desempenhou, motor de um grupo populacional como um elevado grau de alfabetização para desempenho de cargos públicos. E por regra era o grupo socio-cultural com maiores recursos económicos aquele que protagonizava as elites do seu tempo, tanto pelo desempenho profissional cuja formação haviam adquirido pela frequência de instituições de ensino avançado, como pelo prestígio ou bagagem intelectual que possuíam por herança familiar. A situação privilegiada que dispõe relativamente ao rio Douro, este rio funcionava em tempos idos como eixo principal de comunicação do país interior com o exterior, e se a cidade do Porto se constituía como um grande centro polarizador onde grassavam os ventos das renovações e conquistas científicas e culturais da Europa, temos que admitir que a freguesia de Soalhães se impôs no contexto concelhio como um pólo de difusão de ideários novos. A fundação de capelas privadas foi uma prática que ganhou relevo em Portugal no período pós-tridentino, destacando-se como fenómeno da primeira metade do século XVIII, coincidindo com o governo joanino, como tivemos já ocasião de demonstrar³⁰. Reveladora de uma atitude de afirmação de *pergaminhos* familiares ou como prática devocional, a criação de espaços de culto privados generaliza-se nos séculos XVII, XVIII e XIX, principalmente quando em Portugal se viviam os ideários absolutistas. Ou seja, em seiscentos é um fenómeno que surge, ganhando forte expressão da primeira metade do século XVIII, para decair a partir de então.

A fundação de capelas particulares é um fenómeno próprio do escol mais destacado das chamadas elites, e impõe-se como um capítulo imprescindível para o estudo da Casa Nobre na Época Moderna em Portugal.

Seguindo uma prática imanada da própria residência régia, é apropriada nas habitações da nobreza, vulgarizando-se a sua construção nas residências perenes ou sazonais das novas elites provinciais, emergentes no século XVIII, onde para além da linhagem familiar, se contavam os homens da governança local, os comerciantes enriquecidos e os militares. Dos 59 processos analisados para fundação de capelas

²⁹ LEAL, 1880: 406.

³⁰ ROCHA, 1996.

privadas no concelho de Marco de Canaveses nos séculos XVII-XIX, 17 capelas foram instituídas por membros da elite local: clero, militares, doutores e comerciantes.

Se a este fenómeno não é alheia a vivência contra-reformista que caracteriza a sociedade portuguesa dos séculos XVII e XVIII, a sua explicação não se esgota numa mera atitude devocional. É, como ficou demonstrado, um símbolo de prestígio e afirmação social ao nível local, concorrendo para a nobilitação da casa de habitação. Era consensual que a capela particular valorizava a Quinta, tanto ao nível patrimonial, como pela afirmação social do seu financiador.

A análise deste fenómeno não pode ser alheio à vivência da morte que caracteriza o homem barroco. Assim, a capela particular, impõe-se também como mausoléu familiar. São muitas as capelas onde as lápides tumulares são prova evidente dessa prática.

Na articulação arquitectónica da casa com a capela, bem como na organização do espaço sacro, surgem estruturas que espelham o protagonismo das elites: corredores e galerias de acesso directo das famílias promotoras ao espaço da capela; coro alto e tribunas de onde assistiam ao culto. Estes, entre outros elementos arquitectónicos evidenciam a superioridade hierárquica da família promotora em relação ao público que assiste ao culto na nave da capela.

Artisticamente, sendo uma expressão maioritariamente anónima, não está à margem da evolução da arquitectura portuguesa e é aí que deve ser reposicionada. Igual enquadramento se impõe para os equipamentos.



Figuras n.º 1 – Casa da Garrida – Ponte de Lima

Finais do Séc. XVIII. Mandada edificar pelo brasileiro António Alvares da Silva. Foi residência do Marechal Francisco de Melo da Gama, governador de Diu.

Figura n.º 2
Palácio dos Viscondes da
Carreira, Palácio dos Távoras,
Palácio da Carreira
(Viana do Castelo)
Séc. XVI – Séc. XVII. Atribuída a
Manuel Pinto de Vila Lobos.



Figura n.º 3
Capela da Casa das Malheiras
(Viana do Castelo)
1758. Atribuída a André Soares.



Figura n.º 4
Marco de Canaveses
– Soalhães – Casa da Quintã





Figura n.º 5
Marco de Canaveses
– Soalhães – Casa da Volta



Figura n.º 6
Marco de Canaveses
– Vila Boa do Bispo
– Casa do Bairral



Figura n.º 7
Marco de Canaveses
– Vila Boa do Bispo
– Quinta de Cimo de Vila

Bibliografia

- AZEVEDO, Carlos, 1969 – *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CAPELA, José Viriato, MATOS, Henrique, BORRALHEIRO, Rogério, 2009 – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga.
- CONSTIUIÇÕES Synodais do Bispado do Porto Novamente Feitas E Ordenadas Pello Illustrissimo e Reverendissimo Dom Joam de Sousa Bispo do dito Bispado, do Conselho de Sua Magestade & seu Sumilher de Cortina propostas e aceitas em o Synodo Diocesano que o dito Senhor celebrou em 18 de Mayo do Anno de 1687. Porto: Joseph Ferreira Impressor da Universidade de Coimbra, 1690.
- COSTA, Ângela Andreia Mesquita, 2003-2004 – *Tipologia de Plantas das Casas Nobres com Capela no Concelho de Santo Tirso*.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., 2001 – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*. Porto: Edições Inapa.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., 2007 – “Da Torre Solarenga à Torre de aparato: Formas da Casa Nobre do Século XVI ao Século XVIII”, in *Separata do 1.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um Património para o futuro*. Arcos de Vadevez.
- GORANI, Giusepe, 1989 – *Portugal a Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*. Lisboa: Lisóptima Edições.
- LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa Pinho, 1880 – *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geografico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Bibliographico e Etymologico de todas as de todas as cidades, Villas e Freguezias de Portugal*, vol. IX. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, 2003 – *O Crepúsculo dos grandes – A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da, 1996 – “Espaços de Culto Público e Privado nas Margens do Douro: Uma Abordagem”, in *Separata Revista Poligrafia*, n.º 5.
- STOOP, Anne de, 1993 – *Palácios e Casas Senhoriais do Minho*. Lisboa: Livraria Civilização.